

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CCSO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA – DECON

GEORGE WOLFF RIBEIRO BEZERRA

**UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO A LUZ DA TEORIA
DA ESCOLA FRANCESA DA REGULAÇÃO NO PERÍODO DE 2012 A 2018**

SÃO LUÍS
2019

GEORGE WOLFF RIBEIRO BEZERRA

**UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO A LUZ DA TEORIA
DA ESCOLA FRANCESA DA REGULAÇÃO NO PERÍODO DE 2012 A 2018**

Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, no Curso de Economia da Universidade Federal do Maranhão

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Gustavo de Souza

Co Orientadora: Prof. Dr^a Lucy Rosana Silva

SÃO LUÍS

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

GEORGE WOLFF RIBEIRO BEZERRA

**UMA ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO A LUZ DA TEORIA
DA ESCOLA FRANCESA DA REGULAÇÃO NO PERÍODO DE 2012 A 2018**

Monografia aprovada como requisito à
obtenção do Título de Bacharel em
Ciências Econômicas da Universidade
Federal do Maranhão, pela seguinte banca
examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Gustavo de Souza
Departamento de Economia - UFMA
Orientador

Prof. Dr^a Lucy Rosana Silva
Departamento de Economia - UFMA

Prof. Dr^a Lindalva Silva Corrêia Maia
Departamento de Economia - UFMA

São Luís, 12 de julho de 2019

*Ao meu avô Antônio Carlos (in memoriam),
que sempre será grande exemplo de
dedicação, dignidade e caráter para mim.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) pela oportunidade de conseguir uma graduação pública e de qualidade em Ciências Econômicas. Agradeço a coordenação do curso pelo serviço prestado durante todo o período.

Agradeço, também, ao Prof. Dr. Rodrigo Gustavo de Souza pela orientação e recomendações no presente trabalho. Além disso, sou grato a todos os professores que contribuíram com a minha trajetória acadêmica. Ademais, agradeço a banca do presente trabalho de conclusão, pelos futuros recados e contribuições apresentados.

A minha família que, apesar de todas as dificuldades, me ajudaram na realização do meu sonho.

Aos meus amigos: Vânia, Géssica, Raphael, Ronny, Rodolfo, Júnior e Orlando, que em algum período do curso fizeram parte dessa trajetória. À Andressa que sempre esteve ao meu lado e que sem ela eu não teria conseguido. Ao Tharllys, pelo companheirismo para toda hora e por todo o suporte emocional nessa trajetória final. Além de tantos outros que acompanharam, ouviram, apoiaram, compreenderam e fizeram tudo ser mais fácil.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente auxiliaram na realização deste trabalho.

"Por mais que se considere egoísta um indivíduo, existem evidentemente alguns princípios em sua natureza, que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, tornando necessária para ele a felicidade desses outros, embora daí não lhe advenha coisa alguma além do prazer de testemunhá-la"

Adam Smith, A teoria dos sentimentos morais

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar, sob a ótica da Escola Francesa da Regulação, as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro no período de 2012 a 2018, principalmente no que concerne a relação salarial no Brasil. Observar-se-á, também, as implicações destas alterações na relação entre capital e trabalho e os impactos em variáveis econômicas durante o período. Buscou-se, também, analisar os dados obtidos de acordo com estudos já realizados, como forma de evidenciar a utilização da Escola Francesa da Regulação como arcabouço de análise para o mercado de trabalho brasileiro. Para tal, apresenta-se os dados obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e as respectivas análises.

Palavras-chave: Escola Francesa da Regulação; Mercado de Trabalho; Relação Salarial.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze, from the perspective of the French School of Regulation, the transformations that occurred in the Brazilian labor market in the period from 2012 to 2018, mainly in relation to the wage relation in Brazil. We will also observe the implications of these changes in the relation between capital and labor and the impacts on economic variables during the period. It was also sought to analyze the data obtained according to studies already performed, as a way to evidence the use of the French School of Regulation as a framework for analysis for the Brazilian labor market. For this, the data obtained through the IBGE Automatic Recovery System (SIDRA) and the respective analyzes are presented.

Keywords: French School of Regulation; Job market; Salary Relationship.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DE ALGUNS DADOS RELATIVOS À ECONOMIA BRASILEIRA 1980-1986	26
TABELA 2 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO BRASIL, POR TRIMESTRE, ENTRE 2012-2018	30
TABELA 3 – TAXA DE DESOCUPADOS NO BRASIL, POR SEXO, POR TRIMESTRE, NO PERÍODO DE 2012-2018.....	31
TABELA 4 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO, POR GRUPO DE IDADE, POR TRIMESTRE, NO PERÍODO DE 2012-2018.....	33
TABELA 5 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO, TRIMESTRAL, POR GRAU DE INSTRUÇÃO, NO PERÍODO DE 2012-2018	35
TABELA 6 – TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DO TRABALHO, NO BRASIL, POR TRIMESTRE, NO PERÍODO DE 2012-2018	37
TABELA 7 – PERCENTUAL DE PESSOAS DESALENTADAS NA POPULAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO OU DESALENTADA, NO PERÍODO DE 2012-2016	38
TABELA 8 – PERCENTUAL DE EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA DO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO OCUPADA, NO PERÍODO DE 2012-2018	40
TABELA 9 – ALGUMAS VARIÁVEIS DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2012-2018	42

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DESEMPENHO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO, POR TRIMESTRE, NO PERÍODO DE 2012-2018	31
GRÁFICO 2 – TAXA MÉDIA DE DESOCUPAÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES, NO PERÍODO DE 2012-2018	32
GRÁFICO 3 – TAXA MÉDIA DE DESOCUPAÇÃO, POR GRUPO DE IDADE, NO PERÍODO DE 2012-2018.....	34
GRÁFICO 4 – TAXA MÉDIA DE DESOCUPAÇÃO, POR GRAU DE INSTRUÇÃO, NO PERÍODO DE 2012-2018.....	36
GRÁFICO 5 – DESEMPENHO MÉDIO DO PERCENTUAL DE DESALENTADOS DO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO OU DESALENTADA.....	39
GRÁFICO 6 – DESEMPENHO DA MÉDIA ANUAL DE EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA NO PERÍODO DE 2012-2018	41

LISTA DE SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

EFR – Escola Francesa da Regulação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

TR – Teoria da Regulação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO TEÓRICA-EMPÍRICA	15
2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
2.2. RELAÇÃO SALARIAL, FORDISMO E SUA CONFIGURAÇÃO NO CASO BRASILEIRO	16
3 METODOLOGIA	26
3.1 BASE DE DADOS	26
3.2 DADOS UTILIZADOS	26
3.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE	28
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
5. CONCLUSÕES	45
REFERÊNCIAS	47

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho situa-se, dentro das Ciências Econômicas, nos debates acerca do mercado de trabalho e suas implicações no desempenho econômico do país. Trata-se da análise de suas principais características e determinantes, principalmente no que se refere aos impactos socioeconômicos causados pelas mudanças nesse mercado e seu reflexo na economia como um todo.

A problemática que permeia a discussão aqui apresentada, refere-se à evolução do mercado de trabalho brasileiro no período de 2012 a 2018, evolução esta que será analisada sob a luz da Teoria da Regulação Francesa. Portanto, a principal questão a ser respondida é como se deu a evolução do Mercado de Trabalho neste período e quais são as contribuições da Escola Francesa da Regulação para a análise desta evolução.

A hipótese a ser levantada é que o mesmo movimento do capital e trabalho observado no período de 2012-2018 encontra lugar comum em outro estudo que relaciona o mercado de trabalho e o capital, vistos sob a ótica da teoria da regulação, que foi o caso do trabalho de Coriat e Saboia, de 1988, onde os autores analisaram o desempenho da economia brasileira e a relação salarial durante o período de 1980 a 1986.

O presente estudo justifica-se pela importância do mercado de trabalho no processo de reprodução do capital. Haja vista que um mercado de trabalho bem estruturado e a geração de emprego *per se* contribuem para um ampliado processo de produção e reprodução dos investimentos feitos pelos capitalistas. Analisar o mercado de trabalho brasileiro contribuirá para uma análise mais concisa do desempenho de algumas variáveis econômicas brasileiras no período.

Dessa forma, constitui objetivo geral do presente estudo discorrer sobre a evolução do mercado de trabalho brasileiro sob a luz da Escola Francesa da Regulação no período de 2012-2018.

Para além, constituem-se objetivos específicos, a análise desta evolução do mercado de trabalho sob a luz de alguns conceitos da teoria marxista e, além disso, a caracterização do sistema fordista de produção e sua contribuição para o presente estudo.

Outro objetivo que se faz presente é a compreensão dos dados referentes ao desempenho do mercado de trabalho a partir de uma análise quantitativa, com a utilização de estatística descritiva e análise gráfica.

Para a apresentação do estudo acima indicado, o presente trabalho estará dividido em outras quatro partes para além desta introdução. No capítulo posterior, compreende-se a revisão teórica e seus principais aspectos, conceitos e trabalho, tanto em âmbito internacional quanto a produção brasileira sobre o assunto.

Posteriormente, apresentar-se-á a metodologia utilizada no presente estudo, assim como a fonte e o caráter dos dados coletados. Logo após, os dados serão apresentados e analisados conforme a base teórica anteriormente discutida. Por fim, alguns comentários, sugestões e considerações serão traçados a título de conclusão.

2 REVISÃO TEÓRICA-EMPÍRICA

Na presente seção, abordar-se-á os principais conceitos e categorias que sustentarão as análises realizadas ao longo do trabalho. Buscar-se-á, em um primeiro momento, abordar a origem, principais autores e principais conceitos da Escola Francesa da Regulação. Posteriormente, serão apresentados, mais afundo, aquele que balizará a análise do trabalho, que é o conceito de Relação Salarial.

2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta subseção, será apresentado um dos principais trabalhos realizados no Brasil a respeito da relação entre Mercado de Trabalho e a Escola Francesa de Regulamentação e a contribuição dessa relação para o sistema de produção capitalista.

O objetivo principal deste levantamento consiste em servir de arcabouço teórico e empírico para a análise dos dados apresentados posteriormente, que dizem respeito ao período de 2012 a 2018. Também servirá como base de comparação as relações encontradas neste trabalho, que compreende o período de 1980 – 1986, com as relações encontradas no período do presente trabalho.

O referido trabalho, que tem como título “Regime de Acumulação e Relação Salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada” de 1988, onde os autores, Benjamin Coriat e João Saboia, abordam como se deu, no período de 1980 a 1986, a relação salarial e o mercado de trabalho no país.

O estudo dos autores parte de uma análise teórica e empírica dos principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro, em comparado com demais variáveis econômicas. Essa relação foi conduzida sob a luz da Escola Francesa da Regulação e os principais conceitos apresentados por esta, deu-se destaque às questões inerentes dos conflitos entre capital e trabalho no Brasil.

Este trabalho de Coriat e Saboia constitui obra importante para se analisar a relação salarial no Brasil e como essa relação se desdobrou durante boa parte da segunda metade do século XX. Um dos principais objetivos é destacar a contribuição da relação salarial nos processos de crescimento econômico e de formação de capital industrial, haja vista que todo o processo de fordização estava ligado à relação entre capital e trabalho nas indústrias.

Para os autores, o que ocorreu no Brasil durante o período, foi uma tentativa de se implementar um processo de fordização, sendo que este processo não encontrou êxito da mesma forma como ocorreu em países centrais, como foi o caso dos Estados Unidos.

O processo de fordização encontrou, ainda, resistência dos principais setores brasileiros e, a partir de 1970, o processo passou a ser conduzido como por “marcha forçada”, segundo os autores. Durante o processo, os autores consideraram que o processo de fordização do processo produtivo brasileiro pode ser considerado como forçado e contrariado (CORIAT; SABOIA, 1988).

Forçado no sentido de implementação de um modelo sem se contemplar as assimetrias sociais. Contrariado no que se refere às referências encontradas no processo de implementação.

O processo de implementação, iniciado desde o processo de substituição de importações, o qual os autores classificam como “fordização pelo auto”, se referindo à simplificação de um processo complexo, auxilia a explicação do comportamento de algumas variáveis nos primeiros anos da década de 1980 (CORIAT; SABOIA, 1988).

2.2. RELAÇÃO SALARIAL, FORDISMO E SUA CONFIGURAÇÃO NO CASO BRASILEIRO

Uma das mais importantes relações sociais é a relação salarial, principalmente, por esta ser a que define o capital¹ e por ter como base o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Segundo Pichler:

Constatou-se que a relação salarial é, segundo os regulacionistas, uma forma institucional, ou seja, uma das relações sociais básicas sobre a qual se assenta o modo de produção capitalista - uma invariante do sistema. As condições gerais que permitiram o desenvolvimento do modo de produção capitalista foram a mercantilização da sociedade e a criação de novas relações de produção. De modo esquemático, essas se apresentam de forma peculiar, ou seja, uma pequena parcela da sociedade apropria-se do conjunto dos meios de produção, convertendo-se em capitalista, e a parte restante da sociedade transforma-se em força de trabalho. Sobre essas bases é que se estrutura a relação salarial. (PICHLER, 1988, p. 105)

1 Segundo Aglietta (1986).

Portanto, cabe ressaltar que é no próprio processo de acumulação de capital e na sua reprodução que está assentada a relação salarial. A relação salarial se dá, assim como as outras relações sociais (ou institucionais), mediante o conflito de classes em determinados períodos da história do Modo de Produção Capitalista.

Tanto o capital quanto trabalho dependem do processo de valorização, ou seja, ambos dependem do processo de produção de mais-valia², por isso, a relação salarial está inserida no contexto de maior interesse na apropriação desse excedente da produção. Isto ocorre porque em momentos de pleno processo de produção e reprodução desse excedente, uma parcela maior de trabalhadores reivindicará essa mais-valia, ao passo que, em momentos em que a economia não fornece condições para essa produção e reprodução, os capitalistas possuem um poder maior na negociação com os trabalhadores.

Mas qual é a representação dessa relação salarial? Como a relação salarial é uma relação de troca, tal é representada em valores pecuniários, a saber, o salário. Tal relação é dominada pela relação de produção, sendo está definida pelo conflito de interesses das classes. (AGLIETTA, 1986).

Com uma óptica emprestada da teoria marxista, na visão regulacionista, somente o trabalho é responsável pela produção da mais-valia, ao passo que o trabalho assalariado é incorporado no processo de produção, o capitalista conseguirá se apropriar desse excedente, remunerando os trabalhadores através do salário.

Pichler complementa:

Em outras palavras, as condições de produção existentes em um determinado momento histórico expressam a forma de criação de mais-valia predominante. Pode-se acrescentar, ainda, que a cada fase de desenvolvimento do capitalismo corresponde a predominância de uma forma específica de valorização do capital. (PICHLER, 1988, p. 106)

Se observarmos o sistema capitalista ao longo do tempo, pode-se constatar que, como já mencionado, diversos momentos de alta e baixa acumulação de capital. Segundo os autores Pichler (1988) e Aglietta (1986) é justamente na transição destes momentos que se darão novas formas de relação social, principalmente a relação

2 Segundo Saad Filho: "a exploração capitalista é medida pela diferença entre o valor produzido pelos trabalhadores e o valor apropriado por eles; em outras palavras, os lucros totais são qualitativamente determinados e quantitativamente limitados pela mais-valia extraída" (SAAD FILHO, 2001, p. 31)

salarial, que é um reflexo da forma como esse excedente de produção é apropriado, seja pela classe trabalhadora, por intermédio do salário, seja pelos capitalistas, mediante o lucro.

Mas como se pode balizar as análises e quais os instrumentos utilizados pela EFR? A relação se dá através da divisão por departamento proposta por Marx. Onde, no Departamento I (DI) tem-se a produção de todos os meios de produção e no Departamento II (DII), a produção dos meios de subsistência, aqueles destinados para o consumo (MARX, 2014).

É justamente essa interação entre estes dois setores que garantirá a forma de reprodução (seja simples ou ampliada) do capital e onde reside, também, a interação entre produção e circulação das mercadorias. A harmonia entre estes dois departamentos garantirá, portanto, o pleno desempenho do sistema capitalista. Nas palavras de Aglietta:

A distinção entre os dois departamentos é muito importante para a mais-valia relativa e, portanto, para a acumulação do capital em escala social. Com efeito, os impulsos que procedem do Departamento I transformam as forças produtivas. Existe, pois, uma tendência ao desenvolvimento desigual dos dois setores, através de uma acumulação do Departamento I. (AGLIETTA, 1986, p. 39)

Portanto, quando a apropriação do excedente se dá, em maior grau, pelas empresas que compõe o DI, ocorre um desenvolvimento desigual dos dois setores, uma vez que o primeiro necessita, para sua reprodução, que o DII também tenha meios (dinheiro) para a aquisição do que foi produzido. O DII deverá absorver a produção do DI. Pichler explica essa interação entre setores:

O processo acima descrito supõe a harmonização do crescimento dos dois setores, o que, como adverte Aglietta, não é automático. A tendência, como já se mencionou, é a de um maior desenvolvimento do Departamento I em relação ao Departamento II, fato que exerce uma influência depressiva sobre a rentabilidade do capital, que se coloca como uma barreira à acumulação. (PICHLER, 1988, p. 108)

É justamente essa concentração da apropriação do excedente por parte do Departamento I que desequilibra o Modo de Produção Capitalista, uma vez que as mercadorias produzidas neste departamento concentrador não encontram saída, haja vista que o Departamento II não possui meios para adquirir tais mercadorias. Em suma, Pichler afirma:

A harmonização do crescimento interdepartamental verifica-se, segundo Aglietta, com o advento do consumo de massas, pois a expansão da demanda de bens de consumo, decorrente desse processo, é a condição que gera o ajuste do ritmo de crescimento dos dois departamentos. A emergência do novo padrão de consumo ocorre, por sua vez, com o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores. Esse fato está na base da transformação de suas condições de existência. (PICHLER, 1988, p. 108 e 109)

É este o motivo que faz o Modo de Regulação Social Fordista ser tão caro à EFR: foi um período em que se houve, dentro do contexto do sistema capitalista, uma maior harmonização ou, segundo autores mais críticos, uma primeira experiência de proximidade dessa harmonização entre os setores. É o que será visto mais a frente com a relação salarial fordista.

Não se fala, entretanto, em ruptura com o Modo de Produção Capitalista e sim em novas configurações, com cada ator ganhando um peso diferente no processo de produção e obtenção de mais-valia. As lutas operárias e o papel do Estado na mediação (e conciliação) da luta de classes, é fundamental nestas novas configurações. Em síntese, Pichler (1988) faz suas ponderações acerca da relação salarial:

Primeiramente, é necessário salientar que a relação salarial é considerada uma das mais importantes relações sociais do sistema capitalista. Constitui-se numa forma institucional sobre a qual está alicerçado o processo produtivo. Apesar de ter a aparência de uma relação de troca - que é efetivamente uma de suas dimensões - , ela é essencialmente uma relação de produção. No capitalismo, a atividade produtiva é um processo de valorização do capital, que confere a um dos polos dessa relação - o capital - a iniciativa da tomada de decisões econômicas e uma situação de supremacia em relação ao outro polo da relação - o trabalho - na disputa pelo excedente produzido. (PICHLER, 1988, p. 126)

Em suma, nas configurações do Modo de Produção Capitalista, as tomadas de decisões, por parte do Capital, exercem sua supremacia perante os trabalhadores, que estão na disputa da mais-valia produzida. Tal tomada de decisão é chancelada por aparelhos institucionais, como é o caso do Estado. Conforme já falado anteriormente, o Estado funciona como conciliador das formas estruturais e, conseqüentemente, da relação salarial (BOYER, 1990).

Ou seja, além de estabelecer as conciliações entre o capital e o trabalho em âmbito nacional e, justamente por estarmos inseridos em uma divisão internacional do trabalho, o Estado-Nação é responsável, também, pela forma como se dá as relações entre os Estado-Nação. Boyer traz, também, os componentes que

caracterizam as configurações históricas dessa divisão do trabalho:

Caracterizar as relações mútuas entre os diferentes tipos de organização do trabalho, o modo de vida e as modalidades de reprodução dos assalariados. Em termos analíticos, cinco componentes caracterizam as configurações históricas da divisão social e técnica do trabalho: tipo de meios de produção; forma da divisão social e técnica do trabalho; modalidade de mobilização e de vínculo dos assalariados à empresa; determinantes da renda salarial direta ou indireta; e, finalmente, modo de vida assalariado mais ou menos ligado a aquisição de mercadorias ou a utilização dos serviços coletivos extramercado. (BOYER, 1990, p. 74 e 75)

São exatamente com estes parâmetros que se fundamenta uma análise mais aprofundada sobre como se dá a relação salarial em determinado período de tempo e em determinado espaço.

É, portanto, neste contexto que pode-se analisar o Modo de Regulação Social Fordista, descrito anteriormente, e, conseqüentemente, esta Relação Salarial Fordista. Foi justamente nesse momento de transição entre um momento de baixo desempenho da economia para um momento de alto crescimento (ou seja, de recuperação), que o Modo de Produção Fordista se estabeleceu e perdurou até a década de 1970. Segundo Pichler:

O ponto de partida da reflexão dos autores franceses foi a crise que se abateu sobre o mundo capitalista desde a década de 70 e que pôs em xeque o 'modelo' de desenvolvimento que se estruturou nos países industrializados da Europa e da América do Norte a partir de 1930. (PICHLER, 1988, p. 99)

Conforme já salientado anteriormente, a crise da década de 1970 resultou em uma reflexão acerca do modo de regulação em vigor até então, a saber, o Fordismo. Portanto, a proposta sugerida, no entanto, seria o retorno dos pressupostos e receituários neoclássicos, pautados no equilíbrio. Sendo assim, a EFR surge como contraponto e oposição a esse retorno, até pelo fato que a Teoria Neoclássica, na concepção dos regulacionistas, se encontra distante da realidade do sistema capitalista.

O fordismo, termo gerado seguindo as diversas nomenclaturas da EFR, refere-se ao modo de produção que utiliza como base a estrutura produtiva pautada nas formulações de Henry Ford, que se iniciou com o fim da Primeira Guerra Mundial e ganhou espaço na economia mundial no final da Segunda Guerra Mundial, ganhando relativo espaço, é verdade, no pós-crise de 1929.

Anteriormente ao fordismo, predominava, no sistema capitalista, o regime de acumulação extensivo e as relações extramercantis. São características o baixo acesso ao consumo, com atividades concentradas no seio da família e uma baixa produção. (AGLIETTA, 1986; BOYER, 1990).

Foi justamente a implementação do consumo em massa na equação da reprodução do capital que intensificou a produção e configurou um novo modo de regulação, dentro do sistema capitalista, ainda. (AGLIETTA, 1986; PICHLER, 1988).

Pichler comenta que, além desse maior acesso ao consumo, havia, também, um novo modo de produção. A busca por apropriação de uma mais-valia relativa em vez da mais-valia absoluta³. O autor comenta também:

A incorporação dos trabalhadores assalariados ao modo de consumo de massas do fordismo verificou-se em virtude das transformações sofridas na relação salarial. Por um lado, esse período foi marcado por uma nova maneira de produzir sob o impulso da mais-valia relativa, como decorrência, sobretudo, das alterações na base técnica – aumento da potência energética – e das transformações na gestão da mão-de-obra, que elevaram consideravelmente a produtividade do trabalho. (PICHLER, 1988, p. 110)

Portanto, a nova forma de produção, cada vez mais intensiva, com ganhos de produtividade do trabalho provocados pela mecanização do trabalho – resultado de aumento da base técnica – e, conseqüentemente, uma busca cada vez maior da apropriação dessa mais-valia relativa. Essas foram as principais contribuições no que se refere à oferta de mercadorias, ou seja, as principais mudanças na produção de mercadorias. No que diz respeito ao consumo, Pichler assinala:

Por outro lado, a estruturação de um novo modo de consumo implicou a modificação das formas de ajustes de interesses entre capital e trabalho no tocante à formação do salário. A produção em massa de bens de consumo exige uma demanda social em volume correspondente. (PICHLER, 1988, p. 110)

Uma vez que, com o aumento da produtividade do trabalho, a produção de mercadoria se elevaria a um patamar jamais visto, o próprio sistema careceria de uma demanda equivalente. A relação salarial anterior ao fordismo, com baixos ganhos por trabalhador, não seria suficiente para atender essa demanda. Outro ponto é a baixa

3 Por mais-valia absoluta entende-se aquela gerada principalmente pela extensão da jornada de trabalho, mantendo o salário constante. Ao passo que mais-valia relativa aquela resultante da ampliação da produtividade do trabalho, potencializada pela mecanização.

dos preços, por conta do mesmo aumento de produtividade, que facilitaria o acesso da massa aos bens produzidos. É então que o ganho de salário real se faz importante na equação desse novo modo de regulação. Segundo Pichler:

A alteração que se verificou, no fordismo, no modo de regulação da relação salarial possibilitou ajustar a evolução da produção em larga escala com a da demanda social. Isso se consubstanciou na elevação do salário real, fato que permitiu o acesso da classe trabalhadora às novas mercadorias, anteriormente restritas aos estratos sociais mais privilegiados. (PICHLER, 1988, p. 110)

Destarte, o fordismo não representa somente uma produção em massa, representa, também, um nível de consumo em massa jamais visto até então. Se analisarmos esse movimento à luz do que já foi apresentado anteriormente, pode-se ver um momento de sintonia entre os dois departamentos. Os departamentos I e II absorvem de forma consequente esse incremento na produtividade. (AGLIETTA, 1986).

Tanto a pressão por mais produtividade, por parte do capital, quanto a pressão, por parte dos trabalhadores, por uma parcela maior da mais-valia produzida, fizeram com que se estabelecessem regras gerais, institucionalizando os ganhos dos trabalhadores através de leis. A criação de sindicatos e as negociações coletivas de trabalho também desempenharam um papel importante no estabelecimento dessa nova relação salarial. Harvey afirma que:

O modo como o sistema fordista se estabeleceu constitui, com efeito, uma longa e complicada história que se estende por quase meio século. Isso dependeu de uma miríade de decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais, muitas delas escolhas políticas feitas ao acaso ou respostas improvisadas às tendências de crise do capitalismo, particularmente em sua manifestação na Grande Depressão dos anos 30. (HARVEY, 2008, p. 122 e 123)

Dessa maneira, para o autor, foi justamente essa uma das causas da não disseminação do fordismo anteriormente. Se fazia necessário um novo modo de regulamentação para atender as necessidades do modo de produção fordista (HARVEY, 2008). O Estado, conforme falado anteriormente, assumia o papel importante de conciliador. Segundo Harvey:

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma

combinação apropriada de políticas fiscais e monetária no período pós-guerra. (HARVEY, 2008, p. 129)

Foi justamente com esse Estado conciliador e garantidor do processo de acumulação que o fordismo encontrou viabilidade e logrou um período de plena produção e reprodução do capital.

Conforme já salientado, tal Modo de Regulação encontrou seu fim nas crises da década de 1970, quando o modo de regulação fordista entrou em xeque. O fordismo passou a ser classificado, então, como um modo rígido, que impedia ganhos maiores de produtividade. Se fazia necessário, então, um modo de produção mais flexível. Harvey aponta que:

Em retrospecto, parece que havia indícios de problemas sérios no fordismo já em meados dos anos 60. Na época, a recuperação da Europa Ocidental e do Japão tinha se completado, seu mercado interno estava saturado e o impulso para criar mercados de exportação para os seus excedentes tinha de começar [...] E o relativo deslocamento de um número cada vez maior de trabalhadores da manufatura. O conseqüente enfraquecimento da demanda efetiva foi compensado nos Estados Unidos pela guerra à pobreza e pela guerra do Vietnã. (HARVEY, 2008, p. 135)

Sendo assim, novos problemas de demanda efetiva, ou seja, a parte da demanda agregada que está destinada a aquisição de bens e serviços, apareceriam com a integração de novos mercados no pós-guerra. Estes, com o passar do tempo e do desenvolvimento de suas próprias economias, se encontrando saturados para o comércio internacional, se colocava em xeque esse modelo mais rígido de produção. Foi então que o fordismo cedeu espaço para o que Harvey classifica como “acumulação flexível”, onde, segundo autor:

A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual. (HARVEY, 2008, p. 140, grifo do autor)

Havia, então, a necessidade de uma nova forma de regulação da economia. Tal necessidade encontrou lugar na liberalização comercial e dos fatores de produção. A mobilização sindical e os acordos coletivos, cada vez mais taxados de enrijecedores do modo de produção, foram atacados, perdendo espaço nesse novo modo de

produção. O capital encontrava, em países com poucas ou inexistentes regulações trabalhistas, sua forma de garantir a apropriação da mais-valia.

Isto posto, pode-se ver, de forma resumida, como se deu a relação salarial ao longo do século XX e como esta esteve presente nos diversos momentos de altos e baixos do desempenho da economia. Cabe, agora, como forma de prosseguirmos a análise do presente trabalho, tratar dessa relação salarial no caso brasileiro.

Conforme apontado anteriormente, a industrialização, assim como no resto do mundo, passou a ser um fator determinante no desenvolvimento da economia brasileira. Conforme apontam Corriat e Saboia:

A partir dos anos 30 e até metade dos 50, estende-se um período caracterizado como sendo o da industrialização nacional restrita. A dinâmica da acumulação estava então centrada na expansão industrial, ainda que a implantação dos bens de capital permanecesse limitada, antes de mais nada, em função das dificuldades econômicas devidas à crise mundial e à guerra. (CORIAT e SABOIA, 1988, p. 6 e 7)

Ou seja, seguindo os ditames internacionais e, como reflexo da crise de 1929, o Brasil se voltou, através do modelo de Substituição de Importações⁴. Esse foi um modelo que encontrou diversos problemas, como dificuldade de importação de bens de capital e na demanda interna. Mas é uma experiência única na história econômica brasileira.

Seguindo o processo de substituição de importação, tem-se a implementação do Plano de Metas, por parte do governo Juscelino Kubitschek, em meados da década de 1950. Foi uma tentativa do Estado brasileiro em estimular a produção de bens duráveis. As medidas consistiam em adequação, por parte do Estado, do aparato que estimulasse a produção destes bens. (CORIAT e SABOIA, 1988).

Após o golpe de Estado, em 1964, se estabelece uma nova estrutura no Brasil, com reforma administrativa, salarial e fiscal. Tal regime perpassou pelo “milagre econômico” vivenciado no período de 1968-1973, onde o Brasil logrou significativos crescimentos em seu Produto Interno Bruto (PIB). O período que segue o milagre é classificado como “marcha forçada”, onde o país se deparou com a crise do petróleo da década de 1970, com o aumento de sua dívida externa. (CORIAT e SABOIA, 1988).

É evidente que, como um recorte abstrato, a Teoria da Regulação não pode ser

4 É um modelo de redução da dependência das importações, estimulando a produção local de bens que seriam importados em determinado período.

imune a críticas. Ao longo do tempo, tal teoria ganhou um caráter “reformista”. Porém, para a análise das transformações propostas no presente trabalho, tal teoria oferece o arcabouço de conceitos necessários para balizar nossa análise.

3 METODOLOGIA

Na presente seção, será apresentada a metodologia e os dados utilizados para analisar o mercado de trabalho a luz da teoria francesa da regulação.

3.1 BASE DE DADOS

A metodologia do trabalho refere-se a duas partes, uma teórica e um análise quantitativa dos dados. Primeiramente foi discutido o mercado de trabalho sob a luz da teoria da EFR e posteriormente será feita uma análise quantitativa, apresentado os dados de forma a verificar empiricamente as transformações do mercado de trabalho brasileiro.

3.2 DADOS UTILIZADOS

Para efeitos comparativos, alguns dados do estudo de Coriat e Saboia (1988) serão utilizados. As principais variáveis utilizadas pelos autores na análise encontram-se na tabela a seguir.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DE ALGUNS DADOS RELATIVOS À ECONOMIA BRASILEIRA 1980-1986

Anos	Taxa de Crescimento do PIB		Taxa de Crescimento PIB per CAPITA	Formação Bruta de Capital (% do PIB)	Taxa de Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo	Índice de Emprego no Setor Formal (1980 = 100)
	Total	Indústria				
1980	9,1	9,2	6,8	22	7,2	100
1981	-3,1	-9,2	-5,2	19,8	7,2	97,1
1982	1,1	-0,1	-1,1	18,5	5,5	97,8
1983	-2,8	-6,6	-4,9	15,8	6,8	94
1984	5,7	6,1	3,4	15,5	6,8	97,6
1985	8,4	9,4	6,1	16	4,5	103,2
1986	8	12,1	5,7	20,6	3,4	108,6

FONTE: adaptado pelo autor com base nos dados de CORIAT; SABOIA, 1988, p. 12

Os dados apresentados pelos autores visam salientar, inclusive, o período de recessão ocorrido no período de 1981-1983. A política monetária restritiva incorreu em uma queda no PIB a partir de 1981, apresentando uma relativa melhora no ano seguinte, mas com uma queda em 1983.

Para os autores, é a indústria o setor mais afetado pela recessão, para embasar tal afirmação, para tanto, basta observar a taxa de crescimento da indústria que apresenta uma maior variação que a taxa de crescimento da economia. Recomendam também a observação do indicador de Formação Bruta de Capital, apresentado em percentual do PIB, que apresenta sentido de baixa até o ano de 1985, ocorrendo uma melhora em 1986.

Percebe-se, também, que a Taxa de Desocupação na Região Metropolitana de São Paulo, utilizado à época como referência, por concentrar maior parte da indústria do país, apresentou uma diminuição, apesar de que, se olharmos em combinado com o índice de emprego formal, pode-se ver uma maior participação do trabalho informal nessa ocupação, uma vez que o índice de emprego formal diminui nos anos da referida recessão.

No que diz respeito ao levantamento do período de 2012-2018, os dados utilizados são relativos ao mercado de trabalho brasileiro. As principais fontes dos dados, foram a base de dados oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Serão apresentados os dados relativos à taxa de desocupação, desalentados, força de trabalho e trabalho formal e informal.

O período analisado compreende a vigência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), implementada pelo IBGE em 2012, após um período de teste em outubro de 2011.

Portanto, constitui uma amostragem sólida e a sua série histórica não está comprometida durante o período analisado. As primeiras considerações a serem feitas dizem respeito à taxa de desocupação. Antes disso, é necessário classificar o que constitui essa variável. Segundo o próprio IBGE, a taxa de desocupação consiste na parcela de desocupados em relação ao total da força de trabalho. (IBGE, 2019).

Para a análise, utilizar-se-ão as seguintes variáveis. A taxa de desocupação, taxa de subutilização da força de trabalho, percentual de desocupados, percentual de trabalhadores com carteira de trabalho (CTPS) assinada.

Tais dados objetivam apresentar um panorama do mercado de trabalho brasileiro e, para que se possa compreender a relação do trabalho com o capital, algumas outras variáveis serão apresentadas, como dados do Produto Interno Bruto do Período, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) e os números do crescimento industrial e consumo das famílias.

Os dados e as análises que seguem, servirão de base para a análise, sob a ótica da teoria da regulação, das principais questões que envolvem a relação salarial, que, no caso do presente estudo, diz respeito ao capital e o trabalho e a dinâmica ocorrida entre os dois.

Os dados obtidos do banco de dados do IBGE trazem consigo alguns conceitos que são caros à análise do presente trabalho. No que se refere à taxa de desocupação, esta constitui o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar.

No que diz respeito à taxa de subutilização da força de trabalho, esta demonstra a participação de três grupos no total de pessoas em idade de trabalhar. Tais grupos são: desocupados, subocupados (aqueles que estão aquém da sua capacidade máxima de trabalho) e a força de trabalho potencial. Os dados referentes ao nível de desalentados, dizem respeito àquelas pessoas que não procuraram vagas naquela semana por não achar que conseguiria.

No que diz respeito à Formação Bruta de Capital Fixo, esta variável indica o quanto as empresas aumentaram os seus bens de capital, ou seja, aqueles bens que serão utilizados na produção de outros bens. Outra variável correspondente à atividade industrial é a variação do crescimento da indústria que demonstra quanto a indústria cresceu em relação ao período anterior. Por fim, o Consumo das famílias corresponde à parte da renda utilizada na aquisição de bens e serviços.

3.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

A metodologia utilizada para a análise dos dados consistiu na utilização da média (também presente nos dados brutos da PNADC) e de variância. A média aritmética simples, onde a sua definição é:

$$\bar{X} = \frac{\sum X_i}{n} \quad (1)$$

Onde: \bar{X} = Média, $\sum X_i$ = somadas observações, n = número de observações

No que se refere a variância, sua definição é:

$$\text{var}(X) = E((X - \mu)^2) \quad (2)$$

A variância é utilizada para observarmos o grau de dispersão da amostra. A utilização destas definições visa auxiliar a interpretação e análise dos dados apresentados, criando parâmetros para a comparação com os dados de estudos anteriores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as propostas apresentadas anteriormente, utilizando a metodologia apresentada, os dados obtidos no que se refere a taxa de desocupação no Brasil no período é a seguinte.

TABELA 2 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO BRASIL, POR TRIMESTRE, ENTRE 2012-2018

Ano/Trimestre	Taxa de Desocupação (2012-2018)			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
2012	7,9	7,5	7,1	6,9
2013	8	7,4	6,9	6,2
2014	7,2	6,8	6,8	6,5
2015	7,9	8,3	8,9	8,9
2016	10,9	11,3	11,8	12
2017	13,7	13	12,4	11,8
2018	13,1	12,4	11,9	11,6

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNADC/IBGE

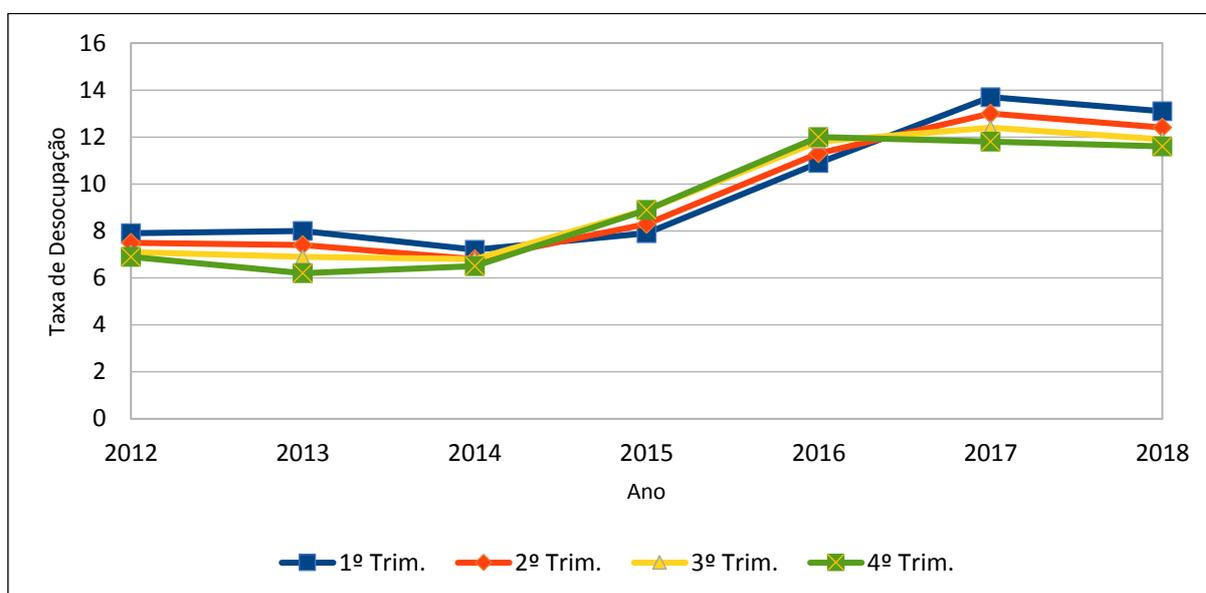
Na Tabela 2, pode-se observar o crescimento da taxa de desocupação no país ao longo do período. Se compararmos o início da série, no primeiro trimestre de 2012, com o final da série, no último trimestre de 2018, tem-se uma variação de 46,84% correspondente a um aumento de 3,7 pontos percentuais.

A análise trimestral permite observar um aumento em todos os trimestres, com uma relativa diminuição em 2014 onde, no último período, apresentou a menor taxa do período. Quando comparar um trimestre em relação ao do ano anterior, a maior variação se dá no último trimestre do ano de 2016, em comparado com o ano de 2015, onde a taxa de desocupação cresceu 3,1 pontos percentuais, o que equivale a uma variação de 34,83%.

Tal crescimento ganha um destaque maior se considerarmos o último trimestre o que apresenta menor taxa de desocupação no ano. Vale destacar, inclusive, que o ano de 2016 apresentou, em todos os trimestres, a maior variação positiva com relação ao ano anterior, se observarmos toda a série histórica.

O ano de 2018, apresentou, em todos os trimestres, uma relativa diminuição, em comparado com 2017. O período que apresentou maior variação, se compararmos 2012 com 2018, foi o terceiro semestre, com uma variação de 68,12%. Como forma de melhor visualização do desempenho trimestral da taxa de desocupação, observa-se no Gráfico 1, a seguir.

GRÁFICO 1 – DESEMPENHO DA TAXA DE DESOCUPAÇÃO, POR TRIMESTRE, NO PERÍODO DE 2012-2018



FONTE: elaborado pelo autor com base nos dados da PNADC/IBGE

Pode-se observar, com base no Gráfico 1, o crescimento ocorrido a partir do ano de 2014, encontrando, principalmente no que se refere ao 4º trimestre, uma estabilidade após 2016. Observa-se, também, uma leve diminuição em todos os trimestres do ano de 2018. Portanto, é preciso analisar os pormenores dessa taxa de desocupação e saber quais grupos foram os mais afetados.

TABELA 3 – TAXA DE DESOCUPADOS NO BRASIL, POR SEXO, POR TRIMESTRE, NO PERÍODO DE 2012-2018

Ano	1º Trim.		2º Trim.		3º Trim.		4º Trim.	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2012	6,2	10,2	6,1	9,3	5,8	8,8	5,7	8,3
2013	6,5	9,9	6	9,3	5,6	8,6	5,1	7,6
2014	5,9	8,8	5,8	8,2	5,6	8,2	5,5	7,7
2015	6,6	9,6	7,1	9,8	7,7	10,4	7,7	10,6
2016	9,5	12,7	9,9	13,2	10,5	13,5	10,7	13,8
2017	12,1	15,8	11,5	14,9	11	14,2	10,5	13,4
2018	11,6	15	11	14,2	10,5	13,6	10,1	13,5

FONTE: elaborado pelo autor com base nos dados da PNADC/IBGE.

De acordo com a Tabela 3, observa-se que, durante todo o período, a taxa de desocupação é maior entre as mulheres, alcançando a menor diferença com relação aos homens, ocorreu no 4º trimestre de 2014, onde a diferença foi de 2,2 pontos percentuais. A média de diferença na taxa de desocupação entre homens e mulheres

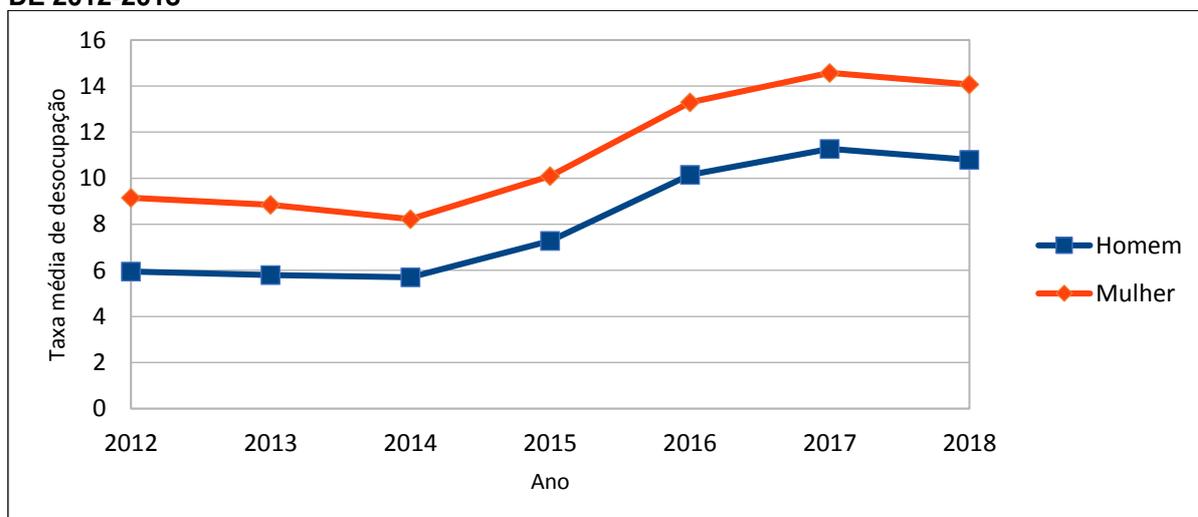
é de 3,05 pontos percentuais.

Quando comparado o desempenho da variável, em relação ao primeiro trimestre de 2012 com o último de 2018, pode-se observar que a variação é maior entre os homens, que varia 62,9% frente a 32,35% da variação da taxa de desocupação entre as mulheres.

A análise por trimestre, observa-se uma variação da taxa de desocupação entre os homens varia 87,1% no 1º trimestre, 80,33% no 2º trimestre, 81,03% no 3º trimestre e 77,19% no quarto trimestre, se compararmos 2012 com 2018, ao passo que a taxa de desocupação entre as mulheres varia 47,06% no 1º trimestre, 52,69% no 2º trimestre, 54,55% no 3º trimestre e 62,65% no 4º trimestre.

Para melhor visualização, elaborou-se um gráfico com a média anual da taxa de desocupação entre homens e mulheres. Observa-se tal desempenho no gráfico a seguir.

GRÁFICO 2 – TAXA MÉDIA DE DESOCUPAÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES, NO PERÍODO DE 2012-2018



FONTE: elaborado pelo autor com base nos dados da PNADC/IBGE

Pode-se observar que, apesar de uma variação maior entre os homens, a taxa de desocupação não reflete nenhuma mudança na distribuição por sexo. A desocupação atingiu de forma similar em homens e mulheres, elevando a taxa média de ambos. Algo que já se percebeu quando observamos a média de 3,05 pontos percentuais, conforme já assinalado.

TABELA 4 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO, POR GRUPO DE IDADE, POR TRIMESTRE, NO PERÍODO DE 2012-2018

Variável/Período	2012				2013				2014				2015			
	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T
14 a 17 anos	24,8	22,2	20,4	19,6	24,7	22,8	20,8	18,5	22,1	20,8	21,0	21,0	26,2	24,4	26,5	28,8
18 a 24 anos	16,4	15,7	14,4	14,2	16,4	15,4	15,0	13,1	15,7	15,3	15,2	14,1	17,6	18,5	19,7	19,4
25 a 39 anos	7,2	7,1	6,7	6,7	7,6	7,2	6,6	6,0	6,6	6,3	6,4	6,3	7,5	7,9	8,6	8,5
40 a 59 anos	4,0	3,6	3,7	3,4	4,0	3,8	3,4	3,2	3,7	3,5	3,4	3,3	4,0	4,4	4,6	4,9
60 anos ou mais	2,0	2,2	1,7	2,0	2,1	1,8	1,8	1,6	2,1	1,9	1,9	2,0	2,1	2,6	2,7	2,5
Variável/Período	2016				2017				2018							
	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T				
14 a 17 anos	37,9	38,7	39,7	39,7	45,2	43,1	41,7	39,1	43,7	42,7	40,0	40,3				
18 a 24 anos	24,1	24,5	25,7	25,9	28,7	27,3	26,5	25,3	28,1	26,6	25,8	25,2				
25 a 39 anos	9,9	10,4	10,9	11,2	12,8	12,0	11,3	10,8	11,9	11,5	11,0	10,7				
40 a 59 anos	5,9	6,3	6,7	6,9	7,9	7,6	7,4	7,0	7,8	7,5	6,9	6,9				
60 anos ou mais	3,3	3,8	3,6	3,4	4,6	4,5	4,3	4,2	4,6	4,4	4,5	4,0				

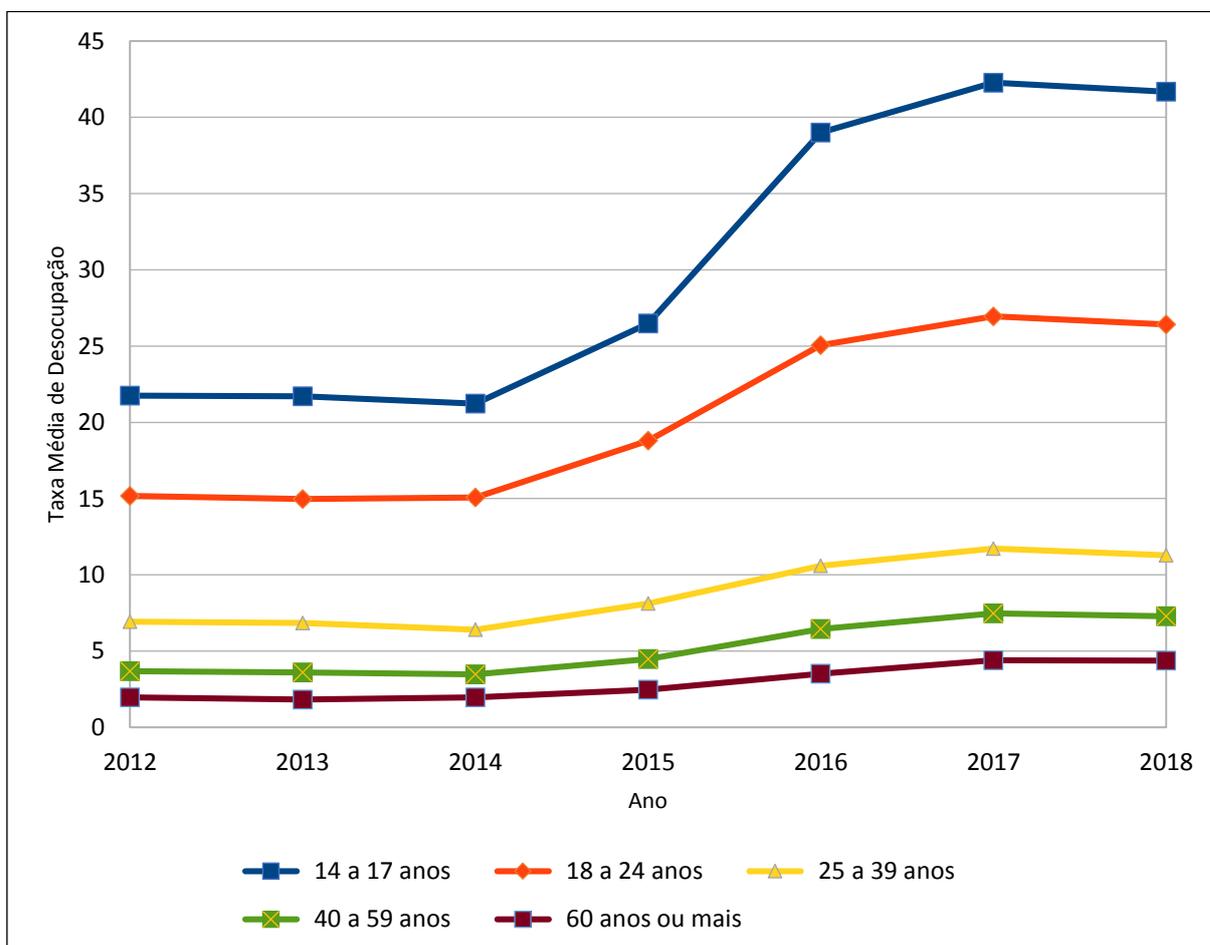
FONTE: elaborado pelo autor com base nos dados da PNADC/IBGE

Através da Tabela 4, observa-se que o grupo de idade que apresenta uma maior taxa de desocupação é o primeiro, que compreende pessoas de 14 a 17 anos. Enquanto que o que apresenta menor taxa de desocupação é o último, que compreende pessoas de 60 anos ou mais.

Contudo, o grupo de idade que apresentou maior variação, se levarmos em consideração todo o período, foi o último grupo, que diz respeito às pessoas com 60 anos ou mais, que dobrou a taxa de desocupação, passando de 2% no 1º trimestre de 2012 para 4% no último trimestre de 2018. Seguindo adiante tem-se o terceiro grupo, que compreende as pessoas com 40 a 59 anos, que apresentou variação de 72,5%, seguido pelo primeiro grupo, com 62,5% de variação.

Quando analisar os anos de 2017 e 2018, pode-se observar uma diminuição em todos os grupos e em quase todos os trimestres. A média de diminuição foi de - 0,36 pontos percentuais do ano de 2017 para o ano de 2018. Sendo que a maior diminuição ocorreu no primeiro grupo. Seguindo a variável anterior, exibe-se aqui um gráfico com a média anual da taxa de desocupação.

GRÁFICO 3 – TAXA MÉDIA DE DESOCUPAÇÃO, POR GRUPO DE IDADE, NO PERÍODO DE 2012-2018



FONTE: elaborado pelo autor com base nos dados da PNADC/IBGE

De acordo com o Gráfico 3, pode-se observar melhor o crescimento do primeiro e do segundo grupo de idade. Pode-se perceber que não há uma uniformidade no crescimento da taxa de desocupação nos grupos. Alguns foram mais afetados que os outros, conforme apontado anteriormente.

Dando prosseguimento com a análise, o último nível da taxa de desocupação aqui analisado se refere ao grau de instrução. Vejamos na tabela a seguir como a taxa se comportou durante o período.

TABELA 5 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO, TRIMESTRAL, POR GRAU DE INSTRUÇÃO, NO PERÍODO DE 2012-2018

Variável/Período	2012				2013				2014				2015				
				4º				4º				3º	4º	1º			
	1º T	2º T	3º T	T	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	T	T	T	2º T	3º T	4º T	
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	4,6	4,6	4,6	4,8	5,9	5	4,5	3,7	4	3,7	4,2	3,9	4,2	5,4	5,5	5,8	
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	6,8	6,5	6,2	6,2	6,8	6,5	5,8	5,4	6,2	6	5,9	5,8	6,7	7,3	8,1	8,1	
Ensino fundamental completo ou equivalente	8,7	8,3	7,7	7,5	8,2	8,1	7,5	6,5	7,7	7,5	7,4	7	8,3	9	9,7	9,7	
Ensino médio incompleto ou equivalente	13,6	12,9	12,5	12	13,8	12,7	12,3	10,7	12,3	12,2	12	12	14	13,8	15,3	15,9	
Ensino médio completo ou equivalente	9,5	9	8,3	7,9	9,4	8,7	8,2	7,3	8,4	8	7,9	7,5	9,4	9,9	10,1	10,1	
Ensino superior incompleto ou equivalente	8,2	8	7,3	7,1	8,6	7,8	7,8	6,6	7,7	7,8	7,5	6,8	9,1	9,7	10,1	10,5	
Ensino superior completo ou equivalente	4,3	3,8	3,5	3,4	4,5	4	3,7	3,4	4,1	3,5	3,6	3,4	4,6	4,1	4,8	4,8	
Não determinado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Variável/Período	2016				2017				2018								
				4º				4º				3º	4º				
	1º T	2º T	3º T	T	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	T	T					
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	7,7	8	7,7	9,3	9,7	10,1	9,2	8,9	10,4	9,2	10	9,8					
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	9,2	9,9	10,8	12	12,5	12,2	11,6	11,1	12,2	11,6	11	11					
Ensino fundamental completo ou equivalente	11,6	12,8	13,3	13	15,1	15	14,8	13,6	14,8	13,8	14	14					
Ensino médio incompleto ou equivalente	19,8	20,1	21,1	22	24,1	21,8	21	20,4	22	21,1	21	20					
Ensino médio completo ou equivalente	12,7	12,8	13,2	13	15,6	14,6	14	13	14,8	14	13	13					
Ensino superior incompleto ou equivalente	13,2	13,2	14,3	14	15,9	14	13,5	12,5	15,1	14,5	13	13					
Ensino superior completo ou equivalente	5,9	6	5,7	5,7	7,1	6,4	6	6,2	6,6	6,3	5,9	5,9					
Não determinado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-					

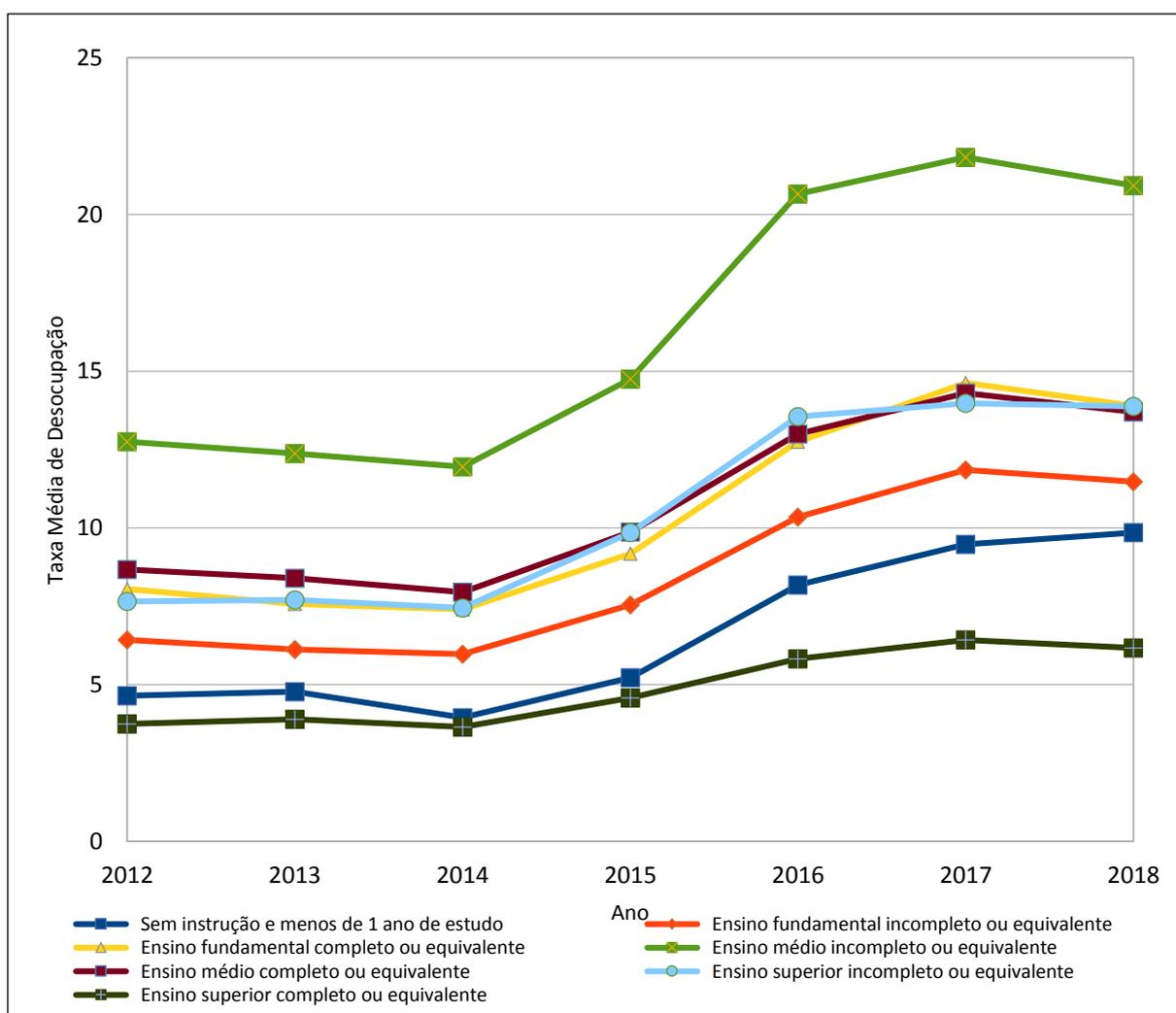
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da PNADC/IBGE

De acordo com a Tabela 5, pode-se observar que o grupo com maior taxa de desocupação são os que possuem “Ensino médio incompleto ou equivalente”, enquanto o que possui menor taxa de desocupação é o de “Ensino superior completo ou equivalente”.

Destaca-se, também, que a maior variação durante o período é a do primeiro grupo, com uma variação de 104%, comparando o 4º trimestre de 2018 com o 4º trimestre de 2012. Seguido do terceiro grupo, “Ensino fundamental completo ou equivalente”, com 80% no mesmo período.

Para uma melhor visualização, destaca-se o gráfico a seguir, com a taxa média de desocupação por grau de instrução.

GRÁFICO 4 – TAXA MÉDIA DE DESOCUPAÇÃO, POR GRAU DE INSTRUÇÃO, NO PERÍODO DE 2012-2018



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da PNADC/IBGE

De acordo com o Gráfico 4, tem-se uma melhor visualização do crescimento do primeiro e do quarto grupo, “Sem instrução e menos de 1 ano de estudo” e “Ensino médio incompleto ou equivalente”, respectivamente. Os grupos “Ensino fundamental completo ou equivalente”, “Ensino médio completo ou equivalente” e “Ensino superior incompleto ou equivalente”, finalizaram o período com uma taxa média de desocupação em um patamar próximo.

Outra variável que se deve levar em consideração é a “Taxa composta de subutilização da força de trabalho” que é aquela que compreende o percentual de pessoas que se encontram em condição de subocupação do trabalho por insuficiência de horas trabalhadas (IBGE, 2019).

TABELA 6 – TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DO TRABALHO, NO BRASIL, POR TRIMESTRE, NO PERÍODO DE 2012-2018

Ano/Trimestre	Taxa de Subutilização da Força de Trabalho			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim	4º Trim
2012	20,9	18,9	17,0	16,7
2013	17,9	16,8	15,9	14,9
2014	15,5	14,8	14,8	14,9
2015	16,5	17,2	18,0	17,3
2016	19,3	20,8	21,2	22,2
2017	24,0	23,7	23,9	23,5
2018	24,6	24,5	24,1	23,8

FONTE: elaborado pelo autor com base nos dados da PNADC/IBGE

De acordo com a Tabela 6, também organizada de forma a reduzir os efeitos da sazonalidade na análise aqui apresentada, pode-se observar dois movimentos distintos. De 2012 até 2014, há uma diminuição da taxa de subutilização da força de trabalho, ou seja, há um aumento das horas trabalhadas.

O segundo movimento, que compreende 2015 a 2018, corresponde ao oposto do primeiro movimento, onde há um aumento da taxa de subutilização da força de trabalho. No primeiro movimento, há, em média, uma redução de 22,5% da taxa de subutilização, enquanto que no segundo movimento há um aumento de 62% dessa taxa.

Ao contrário do movimento que se observou na taxa de desocupação, não houve um decréscimo da taxa de subutilização entre os anos 2017 e 2018, porém, o que ocorreu, foi um crescimento menor, se comparado com dos anos anteriores.

O próximo ponto de análise é o percentual de desalentados. Segundo o IBGE:

A população desalentada é definida como aquela que estava fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: não conseguia trabalho adequado, ou não tinha experiência ou qualificação, ou era considerado muito jovem ou idosa, ou não havia trabalho na localidade em que residia – e que, se tivesse conseguido trabalho, estaria disponível para assumir a vaga. Ela faz parte da força de trabalho potencial. (IBGE, 2019)

Utilizar-se-á o percentual de desalentados do total da força de trabalho e desalentados, que compreende os que estão e não estão na força de trabalho que constitui a força de trabalho total adicionada da força de trabalho potencial. Segundo o IBGE:

A força de trabalho potencial é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. (IBGE, 2016, p. 4)

Portanto, após a análise, ter-se-á uma dimensão mais aprofundada da parcela da população que se encontra na condição de desalentada. Na tabela a seguir apresentar-se-á o percentual de desalentados que compõem o universo que compreende o total da força de trabalho ou desalentados, que compreendem aqueles que estão na força de trabalho, sejam ocupados ou desocupados, e os que não estão mas poderiam estar.

TABELA 7 – PERCENTUAL DE PESSOAS DESALENTADAS NA POPULAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO OU DESALENTADA, NO PERÍODO DE 2012-2016

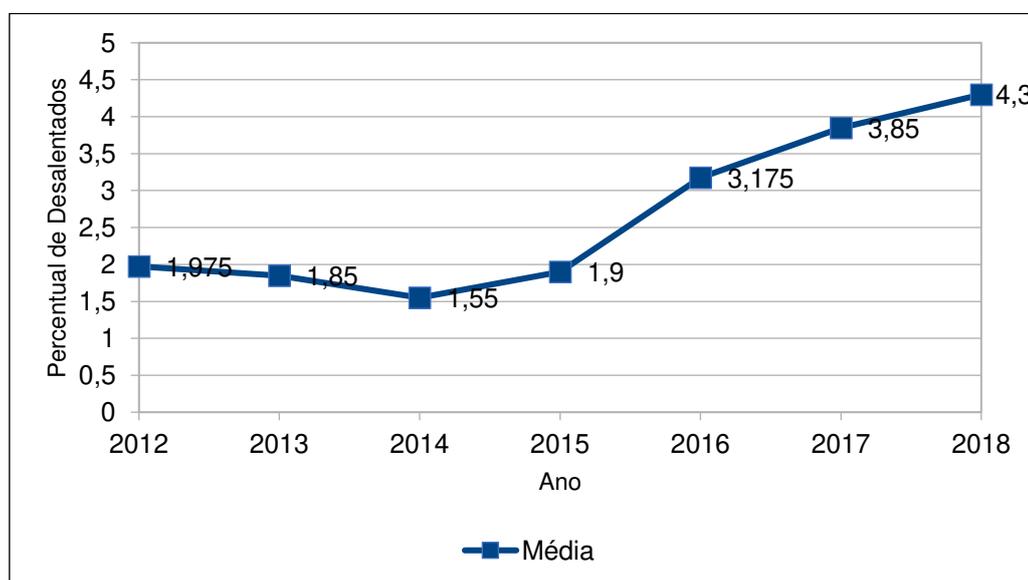
Ano/Trimestre	Percentual de desalentados da FT e desalentados			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim	4º Trim
2012	2	2	1,9	2
2013	2	1,9	1,8	1,7
2014	1,6	1,5	1,5	1,6
2015	1,6	1,6	1,8	2,6
2016	2,7	3,1	3,3	3,6
2017	3,8	3,7	3,9	4
2018	4,2	4,4	4,3	4,3

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados da PNADC/IBGE

De acordo com a Tabela 7, se observa que o percentual de desalentados diminui no período de 2012 a 2014, encontrando seus menores percentuais nos segundo e terceiro trimestres de 2014, 1,5%. Após o segundo semestre de 2015, o percentual aumenta, alcançando o maior valor da série histórica no segundo trimestre de 2018, chegando aos 4,4%.

No gráfico que segue, apresenta-se o desempenho da média do percentual em cada ano, durante o período analisado.

GRÁFICO 5 – DESEMPENHO MÉDIO DO PERCENTUAL DE DESALENTADOS DO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO OU DESALENTADA.



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da PNADC/IBGE.

No Gráfico 5, visualiza-se, de forma mais clara, os dois movimentos comentados anteriormente. Pode-se ver, também, o considerável crescimento no período pós-2014, com um aumento de 177,42% de 2014 a 2018.

Os dados apresentados até então referem-se às parcelas da força de trabalho, em condição de ocupada ou desocupada, sem fazer distinção, no entanto, de trabalhadores formais ou informais, com carteira de trabalho assinada ou não. Para que se conclua a presente análise do mercado de trabalho brasileiro no mesmo período, faz-se necessário apresentar alguns dados.

Na tabela a seguir, apresenta-se alguns dados referentes ao percentual, do total da força de trabalho ocupada, de trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

TABELA 8 – PERCENTUAL DE EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA DO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO OCUPADA, NO PERÍODO DE 2012-2018

EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA (TOTAL)				
Ano/Trimestre	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
2012	42,00%	42,10%	42,00%	42,40%
2013	42,40%	42,30%	42,50%	42,70%
2014	43,40%	43,60%	43,30%	42,90%
2015	42,80%	42,40%	41,90%	42,00%
2016	41,90%	41,50%	41,50%	41,10%
2017	41,00%	40,40%	39,90%	39,50%
2018	39,70%	39,50%	39,00%	38,80%

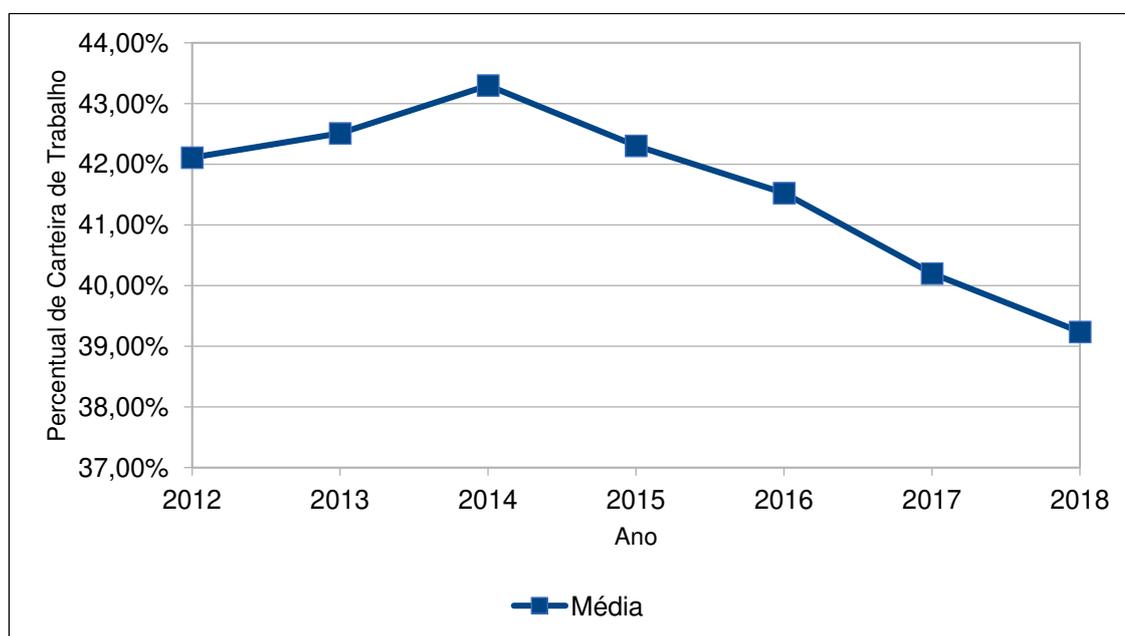
FONTE: elaborado pelo autor com base nos dados da PNADC/IBGE

Observa-se movimentos contrários que ocorrem entre os períodos 2012 a 2014 com relação ao período entre 2015 a 2018. O percentual de empregados com carteira assinada tem um movimento de crescimento, se observarmos o 1º trimestre de 2012 até o 3º trimestre de 2014, onde apresenta um ponto de inflexão, passando para um movimento de baixa, chegando ao seu menor percentual no 4º trimestre de 2018, onde 38,8% dos empregados na Força de Trabalho possuíam carteira de trabalho assinada.

No gráfico a seguir, apresenta-se o desempenho da média anual do percentual de empregados com carteira assinada. Pode-se observar, através do Gráfico XX6, de forma clara essa diferença de movimento. O ano de 2014 constitui um ponto de inflexão no movimento médio do percentual analisado.

A proporção de empregados com carteira de trabalho assinada encontra seus mais baixos indicadores no período após a recessão. É um movimento que, acompanhado com o grau de subutilização da força de trabalho e a quantidade de trabalhadores desocupados, contribuem para a precarização do trabalho, conforme já apontado.

GRÁFICO 6 – DESEMPENHO DA MÉDIA ANUAL DE EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA NO PERÍODO DE 2012-2018



FONTE: elaborado pelo autor com base na PNADC/IBGE

Portanto, estes são os principais dados referentes ao mercado de trabalho brasileiro no período. As principais considerações a serem feitas é que há uma clara divisão em dois períodos. O primeiro, compreendido entre 2012 a 2014, apresenta resultados que, se observada a série histórica apresentada, são os de melhor desempenho do mercado, seja observada a taxa de desocupação, taxa de subutilização, desalentados e carteira assinada.

O segundo período, que constitui 2015 a 2018, apresenta uma queda vertiginosa de todos estes indicadores, com um crescimento considerável na taxa de desocupação e de subutilização, além do aumento do número de pessoas desalentadas e uma diminuição no número de empregados com carteira de trabalho assinada no país.

Como forma de relacionar os dados do mercado de trabalho brasileiro com a economia brasileira, assim como a relação entre Capital e Trabalho sob a luz da Teoria da Regulação, são apresentadas a seguir algumas variáveis que dizem respeito à economia brasileira no mesmo período.

TABELA 9 – ALGUMAS VARIÁVEIS DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 2012-2018

Período	Produto Interno Bruto	Variação PIB per Capita (2012.1 = 100)	Taxa de Desocupação	Variação do Crescimento da Indústria (variação em relação ao trimestre do ano anterior)	Formação Bruta de Capital Fixo (variação em relação ao trimestre do ano anterior)	Consumo das Famílias (variação em relação ao trimestre do ano anterior)
2012 T1	1,71	100,00	7,9	0,60	3,14	2,98
2012 T2	0,99	4,52	7,5	0,99	1,11	2,22
2012 T3	2,49	3,77	7,1	3,90	-1,49	3,93
2012 T4	2,48	3,13	6,9	3,82	0,61	4,80
2013 T1	2,72	-2,58	8	3,66	2,96	3,84
2013 T2	4,02	6,29	7,4	4,05	8,49	4,11
2013 T3	2,76	2,17	6,9	2,89	7,35	3,47
2013 T4	2,53	4,14	6,2	3,15	4,43	2,53
2014 T1	3,47	-2,14	7,2	4,35	4,16	3,57
2014 T2	-0,44	2,40	6,8	-1,54	-6,40	1,54
2014 T3	-0,64	2,58	6,8	-0,62	-7,45	1,10
2014 T4	-0,23	2,96	6,5	0,28	-6,51	2,81
2015 T1	-1,62	-3,64	7,9	-4,02	-9,42	-0,65
2015 T2	-2,74	1,38	8,3	-5,59	-12,24	-2,19
2015 T3	-4,26	1,69	8,9	-8,42	-14,92	-3,91
2015 T4	-5,52	2,61	8,9	-10,91	-19,36	-5,92
2016 T1	-5,14	-3,51	10,9	-10,43	-18,79	-5,55
2016 T2	-3,23	3,71	11,3	-7,19	-10,75	-4,44
2016 T3	-2,49	0,98	11,8	-5,16	-10,58	-2,92
2016 T4	-2,32	3,35	12	-3,95	-7,54	-2,63
2017 T1	0,14	-3,22	13,7	-1,92	-5,05	-1,03
2017 T2	0,58	2,52	13	1,14	-7,42	0,91
2017 T3	1,35	0,59	12,4	4,22	-0,89	2,41
2017 T4	2,17	3,72	11,8	4,90	3,65	3,05
2018 T1	1,22	-3,67	13,1	4,80	2,55	2,95
2018 T2	0,91	2,37	12,4	1,98	2,95	1,84
2018 T3	1,27	1,53	11,9	1,65	7,81	1,38
2018 T4	1,08	3,50	11,6	0,91	3,04	1,47

FONTE: elaborado pelo autor com base nos dados da PNADC/IBGE

De acordo com a Tabela 9, pode-se visualizar alguns indicadores acerca do desempenho da economia brasileira no período. A Escola Francesa da Regulação e seu conceito de Relação Salarial abordam a relação entre o Trabalho e o Capital.

Ao passo que, em um primeiro momento, analisou-se a configuração do mercado de trabalho brasileiro, faz-se necessário, então, elucidar alguns pontos do processo de reprodução do capital e, principalmente, o processo de (des)industrialização.

Pode-se observar o movimento de baixa no desempenho da economia, refletido no decréscimo do Produto Interno Bruto a partir do segundo trimestre de 2014. Como uma recessão afeta diretamente o mercado de trabalho, a taxa de desocupação começa a aumentar a partir do primeiro trimestre de 2015.

Conforme constatado anteriormente por Coriat e Saboia, a indústria é a principal afetada pela desaceleração da economia. O processo de fordização por alto, apontado pelos autores, fez com que não houvesse uma consolidação da indústria brasileira.

Sendo assim, tanto a variação do crescimento da indústria, como a Formação Bruta de Capital Fixo apresentaram, neste período, suas piores variações, tomando como base o mesmo trimestre do ano anterior.

Outro indicador importante para ser analisado é o de consumo das famílias, que reflete essa relação entre o capital em desaceleração e um mercado de trabalho com taxas de desocupação em crescimento, que fazem com que o consumo das famílias seja afetado negativamente durante o período.

O movimento de queda dos indicadores, seja o crescimento do PIB, quanto as variáveis de crescimento da indústria, encontram um ponto de inflexão no primeiro trimestre de 2017. Porém, o mesmo movimento não é observado na taxa de desocupação.

A fragilidade entre a relação do capital com o trabalho, apontada por Coriat e Saboia, em 1988, pode ser aplicada no estudo desse período. O mercado de trabalho sofre com a desaceleração da economia e, por não ser consolidado como no fordismo original, acaba encontrando dificuldades para se recuperar.

No que se refere à Escola Francesa da Regulação, os conceitos aqui apresentados, como o de Modo de Produção e Relação Salarial e a atuação do Estado como conciliador do conflito entre capital e trabalho, servem para tecer algumas

considerações acerca do movimento que vem ocorrendo no Brasil nesse segundo decênio do século XXI.

No que diz respeito à Relação Salarial existente no Brasil, o estudo de caso do período de 2012-2018 reflete o mesmo comportamento apresentado por Coriat e Saboia, inclusive no que diz respeito à recessão vivida no período de 1980-83 no estudo deles e no de 2014-16, no presente estudo.

Pode-se observar, então, o Estado como um agente da “classe” capitalista. Ao tentar estreitar o elo entre a produção e a relação salarial, por meio da flexibilização das leis de trabalho, acaba por aumentar a precarização, vista sob a forma da subutilização e nível de desalentados da força de trabalho no Brasil.

Observa-se, também, que há uma corrosão ao que fora mencionado como Estado de Bem-Estar Social. Porém, como visto nos dados apresentados, não houve um resultado no curto prazo, até 2018, alguns indicadores apresentaram poucas melhoras e outros se agravaram.

Portanto, ao observar o trabalho subutilizado e a taxa de desocupação da força de trabalho e, em um contexto mais amplo, o nível de desalentados no país faz com que se compreenda que a legislação trabalhista não constituía um empecilho para o crescimento econômico.

A seguir, traçar-se-ão algumas conclusões acerca do que foi exposto neste capítulo e nos capítulos anteriores, à guisa de conclusão.

5. CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, traçar-se-ão algumas considerações e proposições acerca do tema discutido anteriormente. Algumas considerações estão relacionadas à utilização da Escola Francesa da Regulação e sua capacidade, por meio das categorias anteriormente mencionadas, de analisar o cenário brasileiro.

No que se refere à análise do mercado de trabalho brasileiro e sua relação com as demais variáveis econômicas, o presente trabalho logrou êxitos em se observar que as mesmas constatações observadas na década de 1980 encontram semelhanças no estudo que compreende o período de 2012-2018.

A análise dos dados referentes ao mercado de trabalho nos mostra que o mercado, ainda não consolidado sob o ponto de vista da relação salarial fordista, foi afetado pelo baixo desempenho da economia e sua recuperação não se deu até o fim do período analisado.

A Escola Francesa da Regulação ofereceu recursos suficientes para se analisar a relação entre o capital e o trabalho, assim como para se entender os movimentos inerentes da relação entre os dois.

O desempenho do mercado de trabalho, visto de forma qualitativa, auxiliou no sentido de corroborar com os dados já analisados em um período distinto, que foi o caso de Coriat e Saboia. O desempenho, tanto do mercado de trabalho, quanto da economia, mesmo em um período de recessão, foi semelhante tanto no estudo dos autores quanto no estudo aqui apresentado.

A evolução dos dados do mercado de trabalho e das demais variáveis, conforme a hipótese levantada anteriormente, refletem um problema estrutural do mercado de trabalho brasileiro, uma vez que, mesmo após 30 anos, alguns problemas apresentam as mesmas características, como é o caso do processo de fordismo por alto e a utilização do mercado informal como alternativa para tempos de recessão.

No que diz respeito aos dados apresentados, pode-se concluir que, no que se refere o período analisado, o movimento das variáveis se deu em dois momentos distintos: o primeiro, que compreende 2012-2014, que apresenta o fim de um movimento de queda das principais variáveis e um período, que compreende 2015-2018, que apresenta um movimento de agravamento dessas variáveis.

É claro que outros fatores devem ser analisados, como a influência do cenário político no mercado de trabalho. Como não é o objetivo do presente trabalho, alguns pontos devem ser tratados.

No primeiro período, pode-se observar uma redução da taxa de desocupação, em todos os níveis, da taxa de desalento e um aumento no percentual de trabalhadores com carteira assinada.

No período seguinte que, no meio do período compreende o baixo desempenho da economia brasileira, apresenta um crescimento da taxa de desocupação e desalentados e uma diminuição do percentual de trabalhadores com carteira assinada.

Portanto, conclui-se que a análise do mercado de trabalho brasileiro encontrou ponto em comum com trabalhos já apresentados. É impossível dissociar o cenário político brasileiro desse período, assim como é impossível, conforme aponta a teoria da regulação da EFR, dissociar a relação entre o capital e o trabalho com o cenário político brasileiro e a insuficiência do Estado brasileiro de estabelecer uma mediação entre essas duas classes.

Sendo assim, uma análise mais aprofundada do cenário político brasileiro se faz necessária para se entender, de forma mais abrangente, as transformações no mercado de trabalho brasileiro e seus problemas estruturais, que se mostraram na análise de Coriat e Saboia e na presente análise.

Em suma, o trabalho apresentado forneceu alguns resultados. A taxa de desocupação, que estava em um movimento de baixa até 2014, teve seu crescimento distinto em alguns grupos sociais. No que se refere ao sexo, a desocupação afetou de forma semelhante tanto homens quanto mulheres.

As principais alterações ocorreram nos grupos de idade e no grau de instrução. No que se refere ao primeiro, a desocupação afetou mais os trabalhadores mais jovens, apresentando um crescimento maior nos grupos que compreendem as idades de 14 a 24 anos e que, muitas vezes, buscam uma primeira inserção no mercado de trabalho.

No que diz respeito ao grau de instrução, os trabalhadores sem instrução foram mais impactados com a desocupação, ao passo que os que possuíam ensino superior completo sofreram um impacto, mas não tão significativo quanto o primeiro.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michel. **Regulation y Crisis del Capitalismo**. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

BOYER, Robert. **A Teoria da Regulação**: uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

CORIAT, Benjamin; SABOIA, João. Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, 1988.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 17^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Brasília: Ibge, 2016.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

PICHLER, W. A. A Relação Salarial Fordista. **Ensaio FEE**, n. 9, p. 97-129. Porto Alegre, 1988.

SAAD FILHO, Alfredo. Salários e exploração na teoria marxista do valor. *Economia e Sociedade*. n. 16, p. 27-42. Campinas, 2001.

Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>